



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO: PROCESSO CONTÍNUO E PARALELO OU MERA
CLASSIFICAÇÃO**

SOLANGE CONCEIÇÃO MARTINS FERREIRA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE) CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO: PROCESSO CONTÍNUO E PARALELO OU MERA
CLASSIFICAÇÃO**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

RESUMO

O presente trabalho visa averiguar o processo de avaliação e a aplicabilidade de suas diferentes modalidades, em especial a avaliação formativa, que deveria ser a mola mestra entre todas as avaliações na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, Unaí/MG. Ao invés disso, se vê como rotina engessada apenas a avaliação somativa, deixando um vácuo entre os objetivos a serem atingidos e os que realmente se obtém. O Projeto Político Pedagógico da escola, os resultados das avaliações externas e internas, bem como teóricos que discutem o tema, tais como, Luckesi e Perrenoud, dentre outros de grande relevância, embasaram este trabalho. Em consonância com o tema abordado ficou evidente ser preciso uma nova visão para cada mestre ao avaliar, pois a avaliação não é e nem poderá ser utilizada apenas para classificar os alunos da escola regular, como se todos estivessem em um concurso com poucas vagas. Ela precisa ser antes de tudo, uma ferramenta de apoio, servindo para tomar medidas de intervenção pedagógica. Além disso, discutiu-se sobre a importância da gestão democrática da escola visando garantir que medidas de intervenção pedagógica possam ajudar a todos a identificar os entraves e, principalmente na busca de melhorias gerais para a instituição.

Palavras-chave: Avaliação. Intervenção Pedagógica. Gestão Democrática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. AVALIAÇÃO: PROCESSO CONTÍNUO E PARALELO OU MERA CLASSIFICAÇÃO	7
1.1 Avaliação: Processo Contínuo e Paralelo	8
2. AVALIAÇÃO: MERA CLASSIFICAÇÃO.....	11
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA X AVALIAÇÃO.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS.....	18
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	19

INTRODUÇÃO

Falar em avaliação é colocar o dedo na ferida de toda instituição. No caso da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, localizada no Noroeste de Minas Gerais, a coisa não é diferente. Os períodos de avaliações sejam: internas ou externas são momentos de apreensão para todos os envolvidos no processo educativo. Isso se observa pelos resultados obtidos.

Ao participar da reelaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual “Virgílio de Melo Franco”, uma das maiores escolas da cidade e, que será da Regional, pode-se perceber a necessidade de se averiguar um pouco mais o processo de avaliação, em especial no se refere à aplicabilidade das diferentes modalidades, uma vez que cada uma delas oferece ao professor subsídios para nortear seu trabalho. Mas o que se vê, serve apenas para classificar os alunos ao final de um tema ou período, a exemplo apenas da Avaliação Somativa.

As avaliações acontecem ou deveriam acontecer em inúmeros momentos, dentro do ambiente escolar e, para muitos professores, esse processo acontece tão naturalmente que na maioria das vezes passa despercebido. Ao tornar rotina, só atentam a ela quando saem os resultados das avaliações externas e que é preciso elaborar o PIP – Programa de Intervenção Pedagógica, mais para cumprir um cronograma imposto pela Secretaria de Estado de Educação, do que para resolver os problemas identificados.

O Projeto Político Pedagógico da escola deve ser o reflexo de suas ações. E, se os resultados internos e externos estão ruins, muito provavelmente um elo foi rompido e como, estes são percebidos nos resultados das avaliações, é quase certo que não estão levando em consideração suas diversas modalidades.

O PPP da Escola Virgílio de Melo Franco (p.30) assim define as três principais modalidades de Avaliação:

- Avaliação Formativa – é aquela que auxilia o professor no seu fazer pedagógico, fornecendo dados para uma tomada de decisão.

- Avaliação Somativa – De acordo com Haydt (1997, p.18), “a Avaliação Somativa com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino [...]”. Como definido, essa modalidade de avaliação classifica os alunos para prosseguir nos estudos.
- Avaliação Diagnóstica –haydt (op. Cit. P. 292 – 93 diz que:
[...] A Avaliação diagnóstica auxilia o professor a determinar quais são os conhecimentos e habilidades que devem ser retomados antes de introduzir os novos conteúdos no planejamento. [...] também permite diagnosticar as dificuldades dos alunos [...].

Em razão dos resultados das avaliações serem divulgados a cada ano, o tema Avaliação torna-se o eixo central da gestão escolar. E, por isso, é preciso um monitoramento constante para que a equipe pedagógica não se perca, permitindo que as avaliações sejam processos estanques, servindo apenas para classificar os alunos ao final do processo e, não para uma tomada de decisão ao longo desse. As avaliações precisam ser pensadas no início de cada trabalho. Só vão avaliar bem, quem estabelecer objetivos nos momentos de ensinar e quem pautar suas avaliações nestes objetivos.

E isso vai requerer uma quebra de paradigma. Infelizmente só com a obrigatoriedade de elaboração do PIP, não vão conseguir resultados efetivos. Será necessário avaliar a cada dia. E a cada dia, vai dar trabalho e este trabalho tem que ser monitorado, assim como a presença diária de cada uma na instituição de ensino.

1. AVALIAÇÃO: PROCESSO CONTÍNUO E PARALELO OU MERA CLASSIFICAÇÃO

O momento de avaliar precisa ser trabalhado em todo o seu contexto. Examinar para quantificar, não resultará em nenhuma melhoria no processo ensino-aprendizagem. Palavra cheia de significado, ficando subentendido que se houve ensino, houve aprendizado. Por que então é preciso avaliar?

Se a avaliação foi pensada e repensada no momento do preparo da aula, seus objetivos foram traçados, precisando apenas ser observado ao final de cada momento de ensino, se realmente houve aprendizagem. Os bons profissionais da educação sabem disso, estão cheios das mais belas teorias, mas na prática, se vê professores e alunos frustrados, quando param para analisar seus resultados, coletivos ou individuais.

Diante das diversas modalidades de avaliação e do comodismo, se é que assim se pode dizer, avaliar se tornou banal e qualquer coisa anda servindo para avaliar. Até mesmo o que não foi preparado, não teve objetivo é avaliado e, por isso os resultados têm sido tão ruins. Para Perrenould (2000, p. 25) o fracasso escolar é “a consequência de dificuldades de aprendizagem e como expressão de uma falta objetiva de conhecimentos e competências”.

Essas observações inserem-se no âmbito da discussão sobre as avaliações internas e externas, contrapondo a teoria e a realidade vivenciada na maioria das escolas, onde o processo ensino e aprendizagem, só é considerado efetivo para os alunos classificados nos primeiros lugares, quando dos exames. Os demais alunos ficam a mercê e, a culpa/responsabilidade, fica inteiramente com o ‘sistema’, que permite progressão continuada, progressão parcial.

Refletir sobre o processo de avaliação se faz necessário, para buscar melhoria do resultado ainda no começo do processo e não somente ao seu final, quando boa parte do interesse do aluno ficou prejudicada já que, não conseguiu acompanhar a linha de raciocínio do professor.

Agindo assim, os professores – estes não podem ser chamados educadores – estarão trabalhando formas de exclusão, meramente classificando os alunos. Esta classificação acaba por impor barreiras, que dificultam o processo de aprendizagem, impedindo que o ciclo se complete e o sucesso chegue para docentes e discentes. Neste contexto, Caetano (2015, p.1) afirma que a avaliação deve ser entendida como “[...] um processo sistematizado de registro e apreciação dos resultados obtidos, em relação às metas educativas estabelecidas previamente”.

Assim, para avaliar bem é necessário estabelecer objetivos. Professores e alunos precisam estar afinados e conscientes do papel desempenhado por cada um. Se o professor sabe o que avaliar, o aluno com certeza saberá por que e para que está sendo avaliado. E, a avaliação escolar terá um contexto pedagógico, deixando de ser mero processo de avanço ou retrocesso.

Para muitos professores o ato de aplicar uma prova, significa que está avaliando. Conforme Luckesi:

[...] examinar e avaliar são práticas completamente diferentes. As provas traduzem a idéia de exame e não de avaliação. Avaliar significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar alguma coisa. Os exames, através das provas, engessam a aprendizagem; a avaliação a constrói fluidamente. (Entrevista concedida a Aprender a Fazer, publicada em IP – Ed. Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004, p.4-6)

Essa falsa interpretação ou a mistura dos significados e que será, o desconhecimento dos mesmos, tem impedido que o processo ensino-aprendizagem efetivamente ocorra. Para os alunos, as avaliações são apenas exames, que servem para classificá-los. Depois desta, o curso anda e quem perde, perdeu. Restando a este ou aquele esperar um novo exame.

1.1 Avaliação: Processo Contínuo e Paralelo

A avaliação como processo contínuo e paralelo, deve ser uma constante no recinto escolar. Assim mesmo como a frase diz. O avaliar deve permear todo o processo, do primeiro ao último dia letivo.

Luckesi, em entrevista a Revista Aprender a Fazer disse:

O ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem... E, assim sendo, a avaliação exige um ritual de procedimentos, que inclui desde o estabelecimento de momentos de tempo, construção, aplicação e contestação dos resultados expressos nos instrumentos; devolução e reorientação das aprendizagens ainda não efetuadas. Para tanto, podemos nos servir de todos os instrumentos técnicos hoje disponíveis, contanto que a leitura e interpretação dos dados sejam feita sob a ótica da avaliação, que é o diagnóstico e não da classificação. (Entrevista concedida a Aprender a Fazer, publicada em IP – Ed. Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004, p.4-6)

A avaliação não pode ser confundida e utilizada como recursos para classificar. Se assim o fizer deixará de ser avaliação, passando a ter um caráter de exame. Para avaliar, o professor precisa se valer dos seus resultados para redimensionar o seu trabalho junto aos seus alunos. Ao invés disso, as avaliações são devolvidas, uma semana ou mais depois, deixando um vácuo, perdendo seu sentido de diagnóstico. O costume faz com que os modelos sejam reproduzidos e automatizados dando as escolas e aos professores a falsa ideia de que avaliam.

Das diversas modalidades de avaliação, considere a mais importante avaliação formativa que para Perrenoud (1999, p.103):

É formativa toda avaliação que ajuda o aluno a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo.

Essa modalidade de avaliação como se pode perceber está faltando no contexto escolar. A avaliação formativa, não pode ser expressa em nota, valor, mensuração, etc. Nas escolas, este tipo de avaliação não aparece, todas elas expressam valores ou conceitos. Na perspectiva da avaliação, formativa, diagnóstica; o professor precisa ter consciência do que o aluno ainda precisa apreender, podendo para tal redirecionar o seu trabalho, repensando sua metodologia, haja vista que as pessoas não são iguais e reagem diferentes a estímulos diferentes. O que deu certo pra um, nem sempre dará para outro, por isso que avaliar é diagnosticar e não punir.

Sendo assim, o modo como o professor utiliza a avaliação é que determinará se ela se transforma em processo contínuo ou paralelo, levando cada um ao patamar de desempenho desejado ou se serve apenas para classificar, deixando os menos habilidosos cada vez mais perdidos no tempo e no espaço, levando a tão temida reprovação, evasão e a conseqüente distorção idade/série.

Dessa forma, a mudança no formato da avaliação, ou melhor, na visão do professor do modo de operacionalizar a avaliação, precisam ser imediatos, os resultados precisam ser melhorados e não há mais tempo para esperar.

2. AVALIAÇÃO: MERA CLASSIFICAÇÃO

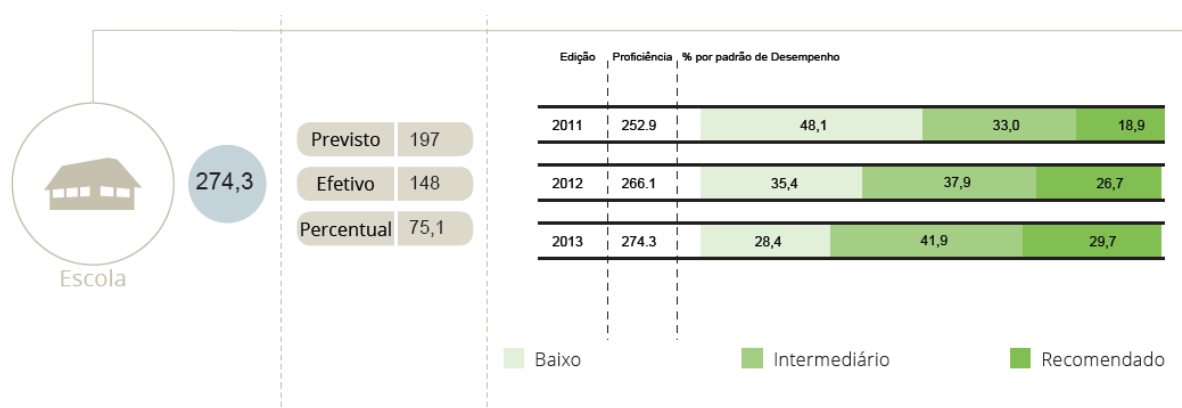
No dicionário a palavra classificar tem diversos significados e sinônimos. Mas os mais usados são: dividir, separar, organizar, nomear, etc. Ao se falar em educação a palavra não toma sentido diferente, uma vez que as avaliações mensais, semestrais ou finais, nada mais fazem do que classificar os alunos, separando de um lado os aptos a progredirem nos estudos e de outros os demais, considerados inaptos.

A Revista Pátio de Dezembro2014/Fevereiro2015, na matéria intitulada “Avaliar a serviço da seleção ou da aprendizagem”, p. 07, diz que:

“A Avaliação é tradicionalmente associada, na escola, à criação de hierarquias de excelência. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida no absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos”.

E isso, é o que se tem visto. Os resultados das avaliações internas e externas da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, revelam que está prática ainda impera entre a maioria dos professores. Haja visto, que os resultados, apresentam uma pequena ascendência, apenas em Língua Portuguesa. Observe:

Gráfico 01: Resultado PROEB, 3º ano Ensino Médio – Língua Portuguesa 2013



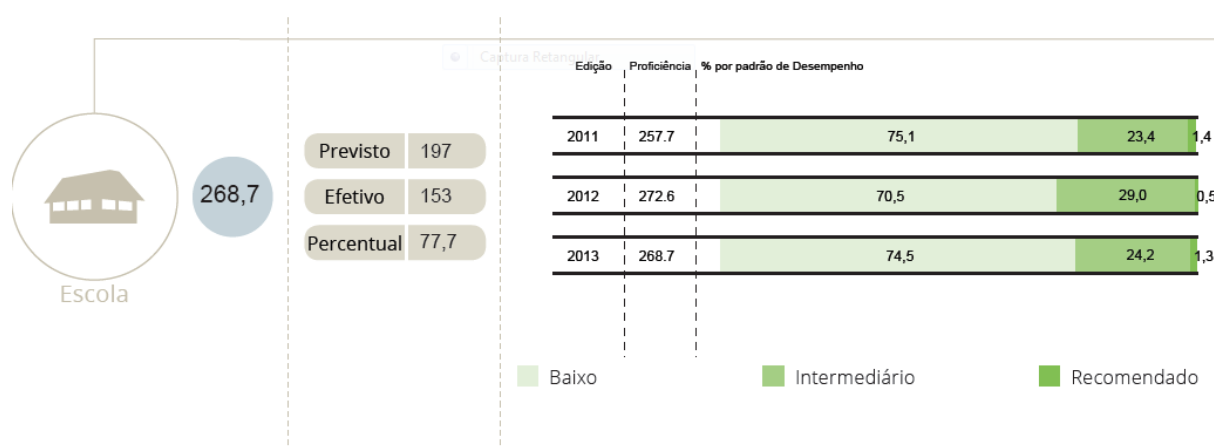
Fonte: www.simave.caeduffj.net/proeb/resultados

O resultado de Língua Portuguesa ao longo dos últimos três anos apresentou uma melhoria significativa. Apesar disso, a situação não é confortável, pois apenas 29,7% dos alunos se encontram no nível recomendável. E, somado os alunos no baixo desempenho e no nível intermediário, se terá um total de 70,3% dos alunos que

ainda não possuem as habilidades consolidadas no nível de ensino que foram avaliados.

Em matemática, a situação é constrangedora nos últimos três anos avaliados. Os alunos sequer saíram do nível baixo. No nível recomendável, encontra-se apenas 1,3% dos alunos. Isso revela que, as avaliações servem mais para classificar do que para formar os alunos. Situação que deve ser revista, repensada o quanto antes.

Gráfico 02: Resultado do PROEB 3º ano Ensino Médio - Matemática 2013



Fonte: www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados

Dessa forma, avaliações internas e externas têm revelado os pontos de estrangulamento desde que foram criadas, mas a postura tradicionalista dos professores ainda impede uma tomada de decisão em prol da avaliação diagnóstica e formativa; ainda trabalham muito mais com provas, exames para classificar, reclassificar os alunos do que com a intenção de promover a melhoria no desempenho dos mesmos, objetivando formá-los.

Melo e Bastos (2012) destacam que:

Muitos professores não sabem como avaliar, e aprova acaba se transformando em um processo de cobrança dos conteúdos aprendidos ou decorados pelos alunos, ou ainda em vingança do professor, momento em que se delicia ao ver o desespero dos alunos diante das questões. (p.182)

Para que a avaliação não seja mero critério para classificar ou desclassificar os alunos é preciso que os professores saibam que se tiverem “[...] que elaborar provas,

que sejam bem feitas, atingindo seu real objetivo” (MORETO, 2008, p.87). E, não apenas para reproduzir o que o professor deseja, da forma que deseja, demonstrando que ainda não está preparado para trabalhar com avaliação; aquela que tem por objetivo ajudar os alunos a progredirem e não meramente aprová-los ou reprová-los ao final de um ciclo ou período.

Os resultados apontam que os rumos até então trilhados, não tem rendido o esperado. Sendo assim, é preciso repensar a prática da avaliação no contexto escolar. E, simplesmente acabar com as provas, não traria a solução para o problema. O que se precisa é que as avaliações tenham significados, não somente para os professores, mas também para os alunos. Ambos deverão utilizá-las para refletir sobre sua evolução na construção de um conhecimento efetivo e não na mera reprodução automática de conceitos.

3. GESTÃO DEMOCRÁTICA X AVALIAÇÃO.

No texto, O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola, Carlos Roberto Jamil Cury, diz que:

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo por injunção da nossa Constituição (art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. [...] a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta.

Desse modo, para assumir a administração concreta, ele precisa estar atento a todos os vieses da gestão escolar, sejam eles, pedagógicos, administrativos, políticos, etc.

Com as avaliações, a situação não pode ser diferente. As internas têm seus reflexos nos índices de aprovação, reprovação, distorção idadeXsérie, evasão e até indisciplina. Com as avaliações externas, a situação não é diferente. Desde a criação do SIMAVE no ano de 2000, as escolas são avaliadas e o resultado:

[...] aponta as prioridades educacionais tanto para professores, especialistas e diretores quanto para os gestores do sistema, sendo fundamental na definição de ações e para subsidiar políticas públicas para uma educação eficaz. Pela relevância de suas informações, o SIMAVE é um pilar do Projeto Estruturador do Governo de Minas Gerais (SIMAVE, Caed).

Como o gestor escolar é o mais próximo da comunidade atendida pela escola, ele se tornou o responsável direto, recebendo críticas ou elogios pelos resultados ora alcançados ou não alcançados pela escola. E, diante deles, precisa se posicionar, na tentativa de ajudar a todos a identificar os entraves e, principalmente na busca de melhorias gerais para a instituição que dirige.

Se os resultados nas avaliações estão aquém dos objetivos propostos, a gestão escolar precisa de imediato realizar a intervenção, buscando mobilizar a todos os envolvidos ou atendidos pela escola e, não apenas professores ou equipe pedagógica, uma vez que:

O gestor líder volta suas ações para os bons resultados da educação e esse objetivo é buscado pela divisão de tarefas, por assumir aquelas não-delegáveis, por integrar ideias e ações de forma a solidificar um grande

compromisso com as famílias e comunidade envolvidas.” (Guia do Diretor Escolar, SEE-MG).

Desse modo, numa gestão democrática, escolhida na confiança da comunidade, através das eleições diretas na maioria dos casos, o gestor precisa voltar o olhar para a prática da avaliação, não permitindo que sejam realizadas apenas ao final do processo para classificar os alunos. Dando-lhes passaporte ou não para a série seguinte.

Ele precisa investir em debates, discussões, onde o tema sejam as metodologias aplicadas nas avaliações realizadas na escola. Existem professores e educadores. Nesta gama de múltiplas inteligências, precisa saber intervir com precisão para não protelar os resultados, que ao que se vê vem arrastando ano após ano.

E, além de discutir, a prática precisa ser alterada. De nada adianta avaliar para simplesmente mensurar, amedrontar e/ou até punir o aluno. Assim, ao pensar a avaliação, o professor de cada componente curricular não pode se apegar apenas ao contexto local, de sua sala de aula. É preciso ousar e ter a certeza que cada um terá que fazer a sua parte e, não apenas fazer por fazer. É necessário fazer bem feito, retornando à teoria, para que sua prática seja mais proveitosa para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de avaliação, apesar de ser um dos temas mais discutidos e debatidos, pelos mais renomados profissionais no âmbito da educação formal, ainda requer atenção especial e pelo visto, vai continuar requerendo. O que se percebe é que apesar das diversas publicações, dando passo a passo para a realização do procedimento, ele continua sendo utilizado apenas com um fim. O de classificar os alunos, ao final de uma etapa, onde não é mais possível para ele – educando- sofrer nenhum processo de intervenção.

O profissional que se temna escola, ainda não está preparado para trabalhar com a avaliação formativa, assim como os profissionais que os prepararam, também não estavam. Sendo assim, apenas reproduzem o que vivenciaram na prática e não o que viram na teoria.

O PPP da Escola Estadual Virgilio de Melo Franco, descreve teoricamente, como deve ser a realização do processo de avaliação e seus objetivos:

[...] a prática pedagógica é desenvolvida num processo global, que possibilite a ação-reflexão-diagnóstico-tomada-de-decisão, para chegarmos às novas ações que concretizem a qualidade do ensino. (p.30-31)

Se assim o fosse, os resultados internos e internos não seriam passíveis de discussão, uma vez que estariam consolidados. Ao invés disso, é tema constante das reuniões pedagógicas e administrativas. O professor ainda não as utiliza como diagnóstico, passando pela formação e por fim, pela mensuração, que é exigida pelo sistema, conforme previsto no PPP:

[...] para avaliação do aproveitamento será adotado o sistema de pontos (que vão se acumulando durante o ano letivo): de 0 (zero) a 100 (cem), permitindo o mínimo de 50% (cinquenta por cento), como critério de aprovação. (p.35)

É necessário uma retomada das mais diversas teorias, na tentativa de fazer com os professores, desvinculem da avaliação escolar, a avaliação apenas para mensurar os alunos, classificando-os, a exemplos das provas e exames de concursos.

Os professores se esquecem que a mensuração é a última de todas as etapas. E que, “será observada a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos” (PPP. p. 35). Dessa forma cria-se um círculo vicioso, onde o aluno acaba por ver a avaliação erroneamente, como se esta estivesse à caça apenas daquilo que não conseguiu compreender.

Conforme Freire (1996, p.123)

“o educador deve perceber o aluno como um ser pensante, cheio de capacidade e portador de ideias, que se apresentam espontaneamente, em uma conversação simples e em suas críticas aos fatos do dia-a-dia. O mesmo deve apresentar-se como um aliado do educando, e não como um ‘doutor’, arrogante, pois neste caso o aluno vai se sentir inferiorizado, discriminado.

Assim, se faz urgente uma mudança na postura dos professores frente às múltiplas modalidades de avaliação e, especialmente sua utilização. Não se pode mais permitir, na instituição escolar, que cada um a realize a seu bel prazer. Isso pode levar a frustração com o processo e os procedimentos de avaliação. E, quando chegam a acontecer os resultados são desastrosos para todos e, não apenas para o aluno e seus familiares. Abaixo com a avaliação que apenas classifica, desclassifica e destrói com auto estima do educando!

REFERÊNCIAS

CAETANO, Caroline Fagundes. **Avaliação emancipatória na educação superior: a relevância do processo avaliativo.** Disponível em <http://www.urisaoluiz.com.br/index.php?target=501>. Acesso em 17 fev. 2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Biblioteca da Sala Ambiente – Fundamentos do Direito à Educação. Especialização em Gestão Escolar – UFMG – 2014.

ESCOLAESTADUAL VIRGÍLIO DE MELO FRANCO- **Projeto Político Pedagógico.** 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 34. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUCKESI, Cipriano. Entrevista concedida a **Aprender a Fazer**, publicada em IP – Impressão Pedagógica, publicação da Editora Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº 36, 2004, p.4-6.

MELO,Édina Sousa;BASTOS, Wagner Gonçalves. **Avaliação Escolar como processo de construção do conhecimento.** Est. Aval. Educ.. São Paulo, v 23, n. 52, p.180-203, maio/agosto. 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Guia do Diretor Escolar.** Belo Horizonte, 2008.

MINAS GERAIS. **Resolução -SEE Nº 2442/2013.** Disponível em: www.educacao.mg.gov.br. Acesso em 12 dez. 2014.

_____. **Resultados do SIMAVE.** Disponível em Acesso em 15 jan 2015.

MORETO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas.** 8. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação - da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

_____. **Dez Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

REVISTA PATIO ENSINO MÉDIOPROFISSIONAL E TECNOLÓGICO. Ministério da Educação. FNDE. **Aprendizagem para além das avaliações.** Dezembro2014/fevereiro2015

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

ESCOLA ESTADUAL VIRGÍLIO DE MELO FRANCO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**GILKA DA LUZ COTA ROCHA RAMOS
LUCIANO SEVERINO ANTUNES
ROSILUCE PEREIRA DEUSDARÁ MATTOS
SOLANGE CONCEIÇÃO MARTINS FERREIRA
VANILDA APARECIDA PALMA SOUZA**

UNAI, 2014

ESCOLA ESTADUAL VIRGÍLIO DE MELO FRANCO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

UNAI, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA	7
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
3. CURRÍCULO	16
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	22
5. PROCESSO DE DECISÃO.....	24
6. RELAÇÃO DE TRABALHO.....	27
7. AVALIAÇÃO.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco foi criada pelo Decreto-Lei nº 3.754, de 14/12/1965, que autorizou o Ensino Fundamental e Médio. Iniciou-se suas atividades educacionais com instalação à Rua Celina Lisboa Frederico, nº 142, no prédio da Escola da Comunidade Nossa Senhora do Carmo, transferida depois para a Rua Serra Bonita, hoje Rua Natal Justino da Costa, 560, onde mantém sua sede.

A Caixa Escolar denominada “Virgílio de Melo Franco” foi instituída em 23 de maio de 1977, conforme a Resolução SEE nº. 2.288/77, de 10 de março de 1977, MG, pág. 13, col.4 e 5.

Em 1994, esta Instituição recebeu a autorização para funcionamento do Curso de Técnico em Contabilidade, através do Decreto nº 36.168/94, de 10/03/94, MG, de 16/03/94 – folha 15, col. 03, tendo o referido curso sido encerrado, por força da lei, no ano de 1998.

No ano de 2010, a Escola foi contemplada com o Programa Educacional Profissionalizante PEP – EJA, criado pelo Parecer CEE/MG nº. 123, de 18/03/09 e Portaria SEE/MG nº. 1.047, de 10/08/10. Os cursos ofertados foram Gestão de Pequenas Empresas e Administração de Empresas, tendo sido ministrados em 03 (três) períodos, com início em 14/09/09 e término em 31/08/11.

Em 2012, a Escola Virgílio foi uma das 133 escolas da rede estadual mineira a ser contemplada com o projeto “Reinventando o Ensino Médio”, criado pela Res. SEE/MG nº 2.030/12, de 25 de fevereiro de 2012, com início de suas atividades previstas para fevereiro de 2013; É a primeira escola de Unaí a receber o projeto “Reinventando o Ensino Médio”, e só vem somar com os resultados prestados à sociedade, pela seriedade do ensino implementado na mesma, que é referência em Unaí. Foram implantadas as áreas de empregabilidade: Comunicação Aplicada, Meio Ambiente e Recursos Naturais e Tecnologia da Informação.

Em 2013 implantou-se o curso de Técnico em Informática – PRONATEC, autorizado pela Portaria nº 170/2013 e encontra-se em funcionamento duas turmas, atendendo a 68 alunos do módulo I e II.

Atualmente a E. E. Virgílio de Melo Franco encontra-se sob a direção – primeiro mandato – da professora Vanilda Aparecida Palma Souza, que foi indicada pelo Colegiado Escolar em 19/04/2013.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco atende à demanda de adolescentes na faixa etária que varia entre 14/15 (quatorze/quinze) e 17/18 (dezesete/dezoito) anos, e de jovens e adultos da EJA, somando um total de 1060 (um mil e sessenta) alunos matriculados no Ensino Médio e EJA – Educação de Jovens e Adultos. Desses 1.060 alunos a maioria é moradora dos bairros circunvizinhos e alunos da zona rural que utilizam as várias linhas do transporte escolar municipal. Mesmo localizada no centro da cidade recebe alunos oriundos dos mais diversos bairros da cidade e da zona rural, atendendo assim, a uma clientela diversificada.

Os educandos são na maioria, de classe média; os de baixa condição financeira recebem o auxílio Bolsa-Escola que, além de ajudar nos estudos dos mesmos complementa a renda familiar. A maioria dos alunos vive com a família, pai e mãe, há um número significativo de alunos filhos de pais separados, os quais vivem com o pai ou com a mãe, ou moram com os avôs. Os alunos do período noturno já estão inseridos no mercado de trabalho, sendo trabalhadores no período diurno e estudantes no período noturno, em sua maioria remunerada com salário mínimo.

Analisando o perfil dos educandos da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco entende-se que estes na sua maioria veem seus pais como amigos e companheiros; que a família contribui para a realização de suas ideias orientando-os quanto ao valor do estudo e do conhecimento. Gostariam de conversar com os pais sobre diversão, namoro, amizade, vícios e outros assuntos, vem à escola porque querem estudar; o que mais agrada na escola é o recreio, esporte, aulas através de filmes. A disciplina que mais atrai é a de Língua Portuguesa. Os alunos dizem que aplicam no seu dia a dia, o que aprendem na escola: como respeitar as pessoas pelas diferenças e a ouvir os outros. Gostariam de estudar atualidades, jornalismo escolar e informática. Os alunos falam que são tratados com respeito e carinho na escola. Gostariam de continuar seus estudos em nível de graduação. Poucos alunos têm conhecimento do que vem a ser um Colegiado Escolar, embora seja um órgão com ações consultivas e deliberativas, mas sabem para que serve um Conselho de

Classe e, que gostariam de participar deste, para conhecer o desempenho de sua turma.

O corpo docente da Escola Virgílio de Melo Franco é composto por professores com graduação, pós-graduação e mestrado. Desse conjunto, 93% são habilitados nas áreas de atuação, tendo muito deles experiência com turmas de graduação e pós-graduação, nas faculdades e universidade local.

Desta forma, o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco é resultado da reflexão e da avaliação de todos os envolvidos, ou seja, é a tradução dos anseios de toda a comunidade escolar. O envolvimento da comunidade escolar é essencial para que sejam atingidos os objetivos propostos assegurando assim, a qualidade do processo educacional que ministra.

Nesta concepção, este projeto foi elaborado e reestruturado com a participação de toda equipe gestora e professores. A partir do envolvimento de todos – professores, alunos, pais, direção, equipe pedagógica, e demais servidores da escola – numa construção coletiva – em busca da “excelência da educação”, que demanda da prática de valores, princípios e crenças que orientam e respeitam o futuro do homem e da sociedade.

Importante salientar que o Projeto Político Pedagógico é apenas um ponto de partida para que aconteçam novas reflexões, tomada de consciência dos principais problemas da Escola; das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais, para suprimir ou reduzir as deficiências e necessidades detectadas na rotina escolar. Por isso sua avaliação tem sido realizada continuamente, através do monitoramento de todas as ações, aplicação de questionários, realização de discussões e estudos em grupos nas reuniões pedagógicas.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

As finalidades recomendadas neste Projeto Pedagógico pautam-se do conjunto de valores educativos que a Escola Virgílio de Melo Franco se compromete cultivar em seus alunos, cujos explicitam a visão de homem que deseja educar. São os predicados que se quer proporcionar a cada aluno, como forma de contribuir para uma vida melhor. Valores esses que, construídos ao longo da Educação Básica devem ser os resultados esperados ao final de todo o processo educacional. Conforme Veiga (1995, p. 13)

O projeto político pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político e com os interesses reais coletivos da população majoritária. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Os atributos fundamentais a serem construídos junto aos educandos devem promover:

- O desenvolvimento de uma atitude de curiosidade, reflexão e crítica frente ao conhecimento.
- A atuação com autonomia, solidariedade e responsabilidade consigo mesmo, com a família e com a comunidade.
- O exercício dos valores éticos, estéticos e políticos de nossa cultura.
- O respeito pelo conhecimento e opiniões, e o uso do diálogo na mediação de conflitos.
- A competência para atuar no mundo do trabalho dentro dos princípios do respeito por si mesmo e pelos outros.
- O exercício da cidadania para transformação crítica e ética das realidades sociais.

O objetivo primordial deste Projeto Pedagógico destina-se à promoção do desenvolvimento integral do aluno. Sua operacionalização será executada através de práticas pedagógicas que permitam a reflexão-ação-reflexão sobre o processo educacional, visando proporcionar ao educando uma educação inovadora, autônoma, democrática e inclusiva, para constituir cidadãos criativos, críticos, éticos, reflexivos, participativos e solidários, que sejam capazes de viver e conviver em sociedade exercendo o direito da cidadania, a ponto de transformá-la para o próprio bem e para o bem de todos.

Para a efetivação do objetivo geral necessita-se:

- inovar as práticas pedagógicas tendo em vista a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- avaliar constantemente todo o processo educativo, para superar fracassos e assegurar o êxito do mesmo;
- formar o aluno para a continuidade de estudos de modo a ser capaz de se inserir, com competência, no mercado de trabalho;
- valorizar a atuação do professor, oferecendo-lhe condições adequadas para o melhor desempenho de sua função, com vistas ao sucesso do aluno e, conseqüentemente, do próprio sucesso;
- proporcionar a formação continuada de professores e demais servidores através de aperfeiçoamento contínuo em benefício da aprendizagem do aluno;
- implantar e/ou implementar projetos educativos e sociais;
- viabilizar a integração Escola e Família e Comunidade, através de encontros, reuniões, palestras, eventos, etc.

Para a efetivação entre 80% (oitenta) e 100% (cem) dos objetivos propostos neste Projeto Pedagógico e, conseqüentemente, a eficácia do mesmo, foram previstas até o final de 2015, as seguintes metas de acordo com suas categorias:

Metas Estratégicas

Para a promoção do desenvolvimento integral do educando, a Escola priorizou no seu processo de ensino os seguintes princípios:

- *da igualdade* de condições para o acesso e permanência na escola;
- *da liberdade* de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- *do respeito* à liberdade e apreço à tolerância;
- *da valorização* do profissional da educação escolar;
- *da garantia* de padrão de qualidade;
- *da vinculação* entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (art. 3º da LDB nº 9.394/96).

Metas Gerais

- Promoção de uma educação inovadora, autônoma, democrática e inclusiva, para o exercício consciente do direito e da cidadania.
- Formação de cidadãos éticos, reflexivos, participativos e solidários que possam viver e conviver com liberdade em harmonia e na sociedade.
- Valorização dos profissionais da Escola por meio de promoção de oportunidades de formação continuada, entre outros.

Metas Específicas

- Envolvimento de toda a comunidade escolar (professores, alunos, pais ou responsáveis, servidores) no compromisso de elevar a Proficiência Média da Escola prevista no PIP de 2014 e Acordo de Resultados SEE/SRE e ESCOLA;
- inovação das práticas pedagógicas tendo em vista a melhoria do processo ensino-aprendizagem;

- implantação e implementação de projetos pedagógicos, inter e transdisciplinares;
- desenvolvimento de ações pedagógicas inovadoras que motivem os alunos, despertando-lhes o interesse pelos estudos e elevando sua autoestima;
- avaliação constante do processo educativo, para a superação das dificuldades e replanejamento de objetivos e metas para a eficácia do mesmo;
- promoção de uma aprendizagem que possibilite ao aluno a continuidade de estudos e sua inserção no mercado de trabalho;
- valorização dos profissionais propiciando o melhor desempenho de sua função em prol do sucesso da escola;
- formação continuada de professores e demais servidores através de aperfeiçoamento contínuo em prol da aprendizagem do aluno;
- integração Escola, Família e Comunidade para a consolidação do trabalho proposto.

O alcance de todas essas metas estará condicionado ao desempenho satisfatório de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Se um dos elos se romperem, o trabalho de todos será comprometido. Assim o acompanhamento se faz necessário diuturnamente.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A E. E. Virgílio de Melo Franco está localizada à Rua Natal Justino da Costa, nº 560, centro do município de Unaí/MG; tem sua clientela constituída de adolescentes na faixa etária que varia entre 14/15 (quatorze/quinze) e 17/18 (dezessete/dezoito) anos, e de jovens e adultos da EJA, somando-se um total de 1.060 (um mil e sessenta) alunos matriculados no Ensino Médio, nas séries (1ª, 2ª, 3ª) Regular e EJA – Educação de Jovens e Adultos, períodos (1º, 2º, 3º). Desses 1.060 alunos a maioria é moradora dos bairros circunvizinhos, complementando o seu total, com alunos da zona rural que utilizam as várias linhas do transporte escolar municipal para se dirigirem à escola.

Os alunos, matriculados nos turnos: matutino e vespertino são filhos de funcionários públicos municipal, estadual e federal, bancários, empresários, comerciantes, comerciários, trabalhadores autônomos, agricultores, lavradores, assentados, entre outros. Os alunos do turno noturno, jovens com idade acima de 18 (dezoito) anos e adultos, são trabalhadores dos diversos ramos, como: manicuras, cabeleireiros, açougueiros, autônomos, empregadas domésticas, do lar, comerciantes, comerciários, funcionários públicos e outros.

Os equipamentos oferecidos aos alunos, professores e demais servidores são: data show, telas interativas, computadores, notebook, TV, vídeo, DVD, retroprojetor, telão, material esportivo e pedagógico para a realização das atividades docentes, e um considerável acervo bibliográfico.

O quadro de funcionários é composto de 89 servidores sendo: 01 diretor e 02 vice-diretores; 01 coordenador do Projeto Reinventando o Ensino Médio; 01 coordenador do PRONATEC; 03 EEB: supervisores; 08 ATB: 01 secretário escolar; 06 auxiliares de secretaria e 01 ATB financeiro; 15 ASB: 03 porteiros e 12 cantineiros; 03 professores de ensino do uso de biblioteca e 51 professores na docência, sendo em média 93% (noventa e três) habilitados na função e 7% (sete) com graduação superior (bacharelados).

A Estrutura Administrativa da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco é formada por

três instâncias: Área Administrativa: Direção, Colegiado Escolar e APM; Área Financeira: Caixa Escolar e Conselho Fiscal e Área Pedagógica: Equipe Docente, Grêmio Estudantil, Supervisão Escolar e Orientação Educacional.

Compete às Equipes Administrativa, Pedagógica e Financeira: planejar, coordenar, acompanhar e avaliar o Plano de Ação da Escola norteado pelo Projeto Político Pedagógico.

As Áreas: Administrativa, Pedagógica e Financeira da Escola é dividida em setores de trabalho, cujo funcionamento e atribuições decorrem das necessidades do estabelecimento, em consonância com legislação vigente.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco atende em 03 turnos, no total de 29 turmas, sendo 12 no matutino, 07 no vespertino e 11 no noturno. No noturno, conta com 03 turmas de ensino regular, 06 turmas de EJA e 02 turmas de PRONATEC – Técnico em Informática.

As turmas têm em média 40 alunos que são enturcados de acordo com a faixa etária nas turmas de 3º ano e EJA. Nas turmas de 1º e 2º ano, por fazerem parte do Projeto Reinventando o Ensino Médio, os alunos são enturcados de acordo com a área de empregabilidade, depois de realização do Seminário de Percurso, quando eles têm a oportunidade de conhecerem as áreas oferecidas pela escola e, então, escolherem a que querem cursar (Resolução SEE Nº 2442/2013).

O Projeto Reinventando o Ensino Médio propõe a ressignificação do Ensino Médio através da implementação de políticas públicas que visam garantir o acesso e permanência dos jovens no Ensino Médio. ALDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 22, assim determina:

a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Assim sendo, são três os princípios fundamentais do projeto: significação/identidade do Ensino Médio, empregabilidade e qualificação acadêmica.

A educação tem seu foco principal na formação cidadã de seus alunos, que envolve um processo ideológico de formação pessoal e social e de reconhecimento desse processo em termos de direitos e deveres. Tal processo efetiva-se através de constantes lutas contra as discriminações, da abolição de barreiras entre indivíduos e contra as opressões e os tratamentos desiguais, ou seja, pela extensão das mesmas condições de acesso às políticas públicas e pela participação de todos nas tomadas de decisões.

O desafio histórico e milenar é garantir condições de acesso e permanência nas escolas. Assim, todos terão chances de competirem com igualdade, respondendo por suas obrigações e direitos. O que já é garantia de cidadania.

A educação formal vai garantir o acesso a uma gama de informações, fazendo com que este cidadão/cidadã se posicione diante de qualquer desafio com consciência. Vai ser garantia de sucesso nas relações pessoais, profissionais e com o meio em geral.

De acordo com Vygotsky (apud LA TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992), “o processo de apropriação do conhecimento se dá nas relações reais do sujeito com o mundo. Portanto inclui relações entre pessoas”. Ao se tratar da aprendizagem na escola, verifica-se que a mediação do conhecimento é o objetivo maior, onde o professor possibilita a aprendizagem, que é apreendida pelos alunos, numa relação de interação, que resulta num constante “ensinar” – do professor – e “aprender” – do aluno.

O processo ensino-aprendizagem como eixo do trabalho da Escola, deve ser identificado com um dos elementos básicos, desse processo, para atingir seu fim último: a formação integral do educando.

A equipe pedagógica realiza encontros periódicos para planejamento e utiliza a pedagogia de projetos para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

Numa educação libertadora (Paulo Freire, 1970), que busca a transformação da realidade, o conhecimento passa a ser fruto de uma construção dialógica, política e, conseqüentemente coletiva, onde o processo de ensino-aprendizagem adquire

movimento de troca e de crescimento, num movimento dialético permeado de contradições e de mediações entre os sujeitos envolvidos no processo.

Levando em conta que a educação é ao mesmo tempo um processo individual e um processo social que acontece através das interrelações, a Escola Virgílio de Melo Franco busca referências em algumas tendências existentes no sistema pedagógico.

Objetivando suscitar no educando a consciência de si e do mundo, sujeito que “aprende e ensina/ensina e aprende, vive e convive”, a Escola apoia-se nas teorias de Paulo Freire enfatizando a dialogicidade, em Piaget embasando-se no construtivismo e no interacionismo de Vygotsky, enriquecendo as práticas através de H. Wallon, P. Perrenoud, D. Goleman, E. Morin, e tantos outros pensadores que, a cada dia vem contribuindo com suas ideias, para o “fazer pedagógico” dos docentes.

A Escola busca na pedagogia de Paulo Freire, a teoria dialética do conhecimento, que parte do movimento ação-diálogo-ação: a teoria reflete sobre a prática e retorna a ela, para transformá-la. Professor e aluno aprendem juntos numa relação dialógica e dinâmica na qual a prática, orientada pela teoria direciona-a, num processo de constante aperfeiçoamento.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, utiliza a tendência pedagógica Construtivista. Os alunos são sujeitos de suas curiosidades.

Piaget sustenta que o conhecimento não procede nem da experiência única dos objetos nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de construções sucessivas com elaborações constantes de estruturas novas (PIAGET, 1976). E, Mizukami (1996, p 60) acrescenta que:

O ser humano constrói o seu conhecimento interagindo com o meio, desenvolvendo suas estruturas cognitivas até atingir um nível de maturidade que permita elaborar o aprendido e novamente recomençar o processo.

Para Vygotsky a interação com o meio e com o outro acontece nas relações cotidianas e histórico-sociais onde "o homem é um ser essencialmente social e histórico que, na relação com o outro, em uma atividade prática comum intermediada pela linguagem se constitui e se desenvolve enquanto sujeito" (FREITAS, 1995). Um caminho em que, à medida que constrói sua singularidade, atua sobre as condições objetivas da sociedade, transformando-as.

A tendência pedagógica que esta Instituição utiliza, para desenvolver o processo educacional, fundamenta-se na constante busca da qualidade. De um ensino, que estimule e desafie o aluno em sua inteligência, propiciando o espírito crítico, reflexivo e ético, e criando situações para que aprenda igualmente, cada um de acordo com sua aptidão e com suas possibilidades, para uma aprendizagem adquirida na escola possa torná-lo cidadão realizado e feliz.

3. CURRÍCULO

O currículo é um conjunto de procedimentos educativos que determinam os conhecimentos a serem adquiridos pelo aluno, por um programa de atividades planejadas e ordenadas metodologicamente, para o estabelecimento de uma proposta de ensino.

De acordo com Vasconcellos (2000, p. 353):

Um currículo que tem a atividade humana como princípio educativo está profundamente comprometido, simultaneamente, com a atividade discente e docente. A perspectiva é a superação tanto da passividade quanto da reatividade das práticas instrucionistas. Chama a atenção à falta de sentido pessoal para a prática, seja por parte do aluno seja do próprio professor. São ações mecânicas, mas não autênticas atividades humanas.

Por essa razão o currículo, além de ser um instrumento de orientação – relação de conteúdos e práticas de ensino, etc. – do processo de ensino (docente) e de aprendizagem (discente), não pode ser ignorada a sua dimensão humana, pois nele se incluem os sujeitos da aprendizagem: aluno e professor.

O Guia de Estudos para Certificação Ocupacional do Dirigente Escolar – SEE/MG (2006) apresenta a seguinte definição para currículo:

[...] um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares, define suas intenções e proporciona subsídios para a execução das ações. Porém, questões como o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar deve estar presentes.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, em 2013, iniciou-se o Projeto Reinventando o Ensino Médio, com as turmas de 1º ano, prosseguindo gradativamente o atendimento nesse projeto que, a partir de 2014 tornou-se uma política pública do Governo de Minas Gerais.

O projeto Reinventando o Ensino Médio, através da reformulação curricular tem como objetivo, a criação de um ciclo de estudos com identidade própria, que propicie, simultaneamente, melhores condições para o prosseguimento dos estudos e mais instrumentos favorecedores da empregabilidade dos estudantes ao final de sua formação nesta etapa de ensino. (Caderno de Orientações do Projeto Reinventando o Ensino Médio, 2013)

O currículo do Ensino Médio é organizado por uma Base Comum Nacional e uma Parte Diversificada, onde deve ser considerada a diversidade cultural, econômica e

social da região, bem como as áreas de Empregabilidade escolhidas pela Escola Estadual Virgílio de Melo Franco.

Dentre as áreas de Empregabilidade oferecida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais foram escolhidas pela comunidade escolar da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco às seguintes áreas: Comunicação Aplicada, Meio Ambiente e Recursos Humanos e Tecnologia da Informação.

A Base Comum Nacional do currículo é dividida em 03(três) áreas do conhecimento:

- Linguagem, Códigos e suas Tecnologias: composta pelos conteúdos de Língua Portuguesa, Arte e Educação Física.
- Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias: que se subdivide em Matemática, Química, Física e Biologia.
- Ciências Humanas e suas Tecnologias: constituída por História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

A Parte diversificada é dividida em:

- Linguagem, Código e suas tecnologias: compreendida por Língua Estrangeira Moderna.
- Áreas de Empregabilidade.

Os conteúdos das áreas de Empregabilidade são subdivididos nos três anos que compõem o Ensino Médio. A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco oferece duas Línguas Estrangeiras: Inglês e Espanhol.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece oportunidade aos jovens adultos que não tiveram condições de concluir seus estudos. Os maiores de 15 anos poderão concluir o Ensino Fundamental e os maiores de 18 anos concluir o ensino médio.

A Escola Estadual Vergílio de Melo Franco, oferece a modalidade presencial aos jovens adultos, maiores de 18 anos que estiverem aptos a concluir o ensino médio.

A Proposta Curricular tem a finalidade de possibilitar ao educando a produção do próprio conhecimento, com ênfase na autonomia e independência intelectual do mesmo.

Uma proposta curricular que garanta o êxito do processo educativo precisa ser essencialmente interdisciplinar, devido vivermos no mundo da comunicação, da pesquisa e da tecnologia, pois o ensino e a aprendizagem carecem interagir com os meios tecnológicos, para que a aprendizagem se concretize eficazmente.

A organização da proposta curricular obedece ao regime seriado anual, compreendendo 03 (três) para o Ensino Médio comum, e regime de etapas semestral compreendendo 03 (três) para a Educação de Jovens e Adultos.

O Ensino Médio comum diurno e noturno é oferecido através de módulos de 50 minutos, com 05 aulas diárias, totalizando-se 25 módulos semanais, 833h20min anuais em 200 dias letivos. As turmas de 1º e 2º ano fazem parte do projeto Reinventando o Ensino Médio e no diurno são oferecidas 06 aulas diárias, no total de 30 módulos semanais e 1000:00 horas anuais, no noturno são 25 módulos semanais e 116h40min são oferecidas na forma de projetos extracurriculares.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é ministrada em 01 ano e meio¹, 03 semestres, em 100 dias letivos e carga horária presencial total de 416h40min. A opção por 04 módulos diários de 50 minutos gera a reposição da carga horária de 83h20min, que será ministrada através de atividades complementares previstas no calendário escolar da instituição.

Conforme a Resolução SEE nº 2.197/2012:

O Projeto Político-Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar devem contemplar as condições de acesso, percurso e permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular, garantindo o processo de inclusão.

Deste modo o Projeto Político Pedagógico deverá oferecer ações e atividades que permitam aos alunos com necessidades especiais, vivências educativas, culturais e esportivas em conjunto com os demais alunos. Para isso a escola deverá:

- preparar os professores para trabalhar com a diversidade;
- distribuir os alunos com necessidades educacionais especiais nas turmas,

¹Em 2013, o curso presencial EJA do Ensino Médio, terá duração de 01 (um) ano e meio, organizado em 03 (três) períodos semestrais. A nova organização será implantada, gradativamente, a partir de fevereiro de 2013. (art. 40, Res. SEE nº 2.197/12)

evitando-se a sua concentração em uma única turma;

- estimular a cooperação e solidariedade entre alunos;
- trabalhar com sistemas de monitorias de alunos;
- tornar o prédio acessível, sem barreiras arquitetônicas e atitudes preconceituosas ou desrespeitosas ao aluno;
- possuir diversos serviços de apoio disponíveis aos professores e alunos;
- articular família/comunidade/escola e instituições especializadas, procurando sempre o cumprimento da função escolar com todos os alunos, independentemente de suas condições.

No ensino tradicional os currículos eram organizados na forma disciplinar. Isso gerou a fragmentação dos processos pedagógicos em disciplinas. A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade investem na busca da superação dessa fragmentação.

A conexão entre as disciplinas do currículo torna o ensino mais acessível simplificando o entendimento devido à relação natural do mesmo com os demais componentes curriculares, contribuindo para a constituição de experiências e práticas coletivas entre professores especialistas e estudantes, visando superar a segmentação e formalização dos conteúdos escolares, além de promover a aprendizagem propriamente dita.

Componentes Curriculares da Base Nacional Comum

ENSINO MÉDIO COMUM

Componentes Curriculares (Áreas)	1ª série²	2ª série	3ª série
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
	- Arte	-	-
	- Educação Física*	- Educação Física	- Educação Física

²Com a implantação do projeto “Reinventando o Ensino Médio” – Res. SEE nº 2.030/12, em fevereiro de 2013, o currículo da 1ª série deverá proceder a uma nova metodologia de ensino.

Ciências da Natureza e suas Tecnologias	- Biologia	- Biologia	- Biologia
	- Matemática	- Matemática	- Matemática
	- Física	- Física	- Física
	- Química	- Química	- Química
Ciências Humanas e suas Tecnologias	- Geografia	- Geografia	- Geografia
	- História	- História	- História
	- Filosofia	- Filosofia	- Filosofia
	- Sociologia	- Sociologia	- Sociologia
PARTE DIVERSIFICADA	*	- Língua Estr. Moderna Espanhol	-- Língua Estr. Moderna Espanhol
	-Língua Estr. Moderna Inglês		

Fonte: Lei Federal – LDB nº. 9.394, de 20/12/96; Resolução CNE/CEB nº. 2, de 30/01/12; Res. SEE nº. 2486, de 20/12/13. (Adaptado pelos autores)

ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE – EJA³

Componentes Curriculares (Áreas)	1º período	2º período	3º período
-Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	- Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
	- Arte	-	-
	- Educação Física*	- Educação Física	- Educação Física
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias	- Biologia	- Biologia	- Biologia
	- Matemática	- Matemática	- Matemática
	- Física	- Física	- Física
	- Química	- Química	- Química
- Ciências Humanas e suas Tecnologias	- Geografia	- Geografia	- Geografia
	- História	- História	- História
	- Filosofia	- Filosofia	- Filosofia
	- Sociologia	- Sociologia	- Sociologia

³Em 2013, o curso presencial do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA terá a duração de 01 (um) ano e meio, organizado em 03 (três) períodos semestrais, com implantação gradativa (art.40, inciso II, da Resolução SEE nº 2.197/2012, de 26/10/12).

PARTE DIVERSIFICADA	*-Língua Moderna	Estr.	-Língua Estr. Moderna	--Língua Moderna	Estr.
------------------------	---------------------	-------	-----------------------	---------------------	-------

Fonte: Lei Federal – LDB nº. 9.394, de 20/12/96; Resolução CNE/CEB nº. 2, de 30/01/12; Res. SEE nº. 2017, de 29/12/11. (Adaptado pelos autores)

Vários Eventos Escolares fazem parte da programação curricular da Escola Virgílio de Melo Franco que, respeitando as diversidades culturais existentes e seus sujeitos, são planejadas ações pedagógicas embasadas nos princípios:

I - *Éticos*: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - *Políticos*: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

III - *Estéticos*: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias. (art. 3º, Res. SEE/MG nº 2.197/2012)

As ações acima mencionadas são trabalhadas em consonância com os aspectos de Vida Cidadã: Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Meio Ambiente, Trabalho, Ciência e a Tecnologia, Cultura e as Linguagens (Res. CEB nº 2/98) através da articulação entre vários componentes curriculares.

Assim, esta articulação permitirá que a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada atendam ao direito de alunos e professores terem acesso a conteúdos mínimos de conhecimentos e valores, facilitando, desta forma, a organização, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas das escolas, como estabelecido nos artigos 23 a 28, 32 e 33 da LDB. (Parecer CNE/CEB nº 4/10)

Deste modo, será possível uma construção dialógica, não apenas em relação aos aspectos curriculares. Alunos, professores e toda a comunidade escolar se constituirão como sujeitos e, como tal, serão valorizados com todas as suas especificidades, proporcionando condições para a formação cidadã.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Visando atender à demanda para os anos seguintes as turmas deverão ser organizadas antes do início do ano letivo subsequente, para que a instituição possa oferecer as vagas remanescentes àqueles que desejam matricular-se nas diversas séries dos turnos matutino, vespertino e noturno.

Na organização das turmas deve o professor primar pelo respeito às diversidades existentes em uma sala heterogênea. É importante que o mesmo consiga superar os mecanismos de seleção, de regulação padronizada e de nivelamento.

O currículo escolar parte dos pressupostos que todos podem aprender devendo a escola estar preparada pedagogicamente, para ministrar o conhecimento a todos os seus alunos indistintamente, preservando o respeito às diferenças para a superação dos fracassos escolares existentes em busca da eficácia do processo educacional.

No ensino médio as turmas são organizadas por faixa etária, de maneira que a enturmação observará os parâmetros legais – no ensino médio: 40 (quarenta) alunos por turma – (Anexo II, da Resolução SEE nº 2.018, de 06/01 de 2012). No 1º ano do Ensino Médio, após o Seminário de Percurso, a enturmação é feita de acordo com a área de empregabilidade escolhida pelo aluno.

A Escola não possui um sistema de monitoramento permanente, mas os alunos recebem atendimento esporádico dos professores, supervisores e professores de ensino do uso da biblioteca, para esclarecimento de dúvidas que possam apresentar no decorrer do desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem.

A Escola Virgílio de Melo Franco oferece aos seus alunos espaço físico – laboratório de informática, laboratório Química/Física/Biologia, Biblioteca Escolar, sala de multimídia – amplo e adequado, munido de materiais didáticos e tecnológicos, que contribuem para o estudo e a pesquisa, visando à efetivação do êxito da aprendizagem de seus alunos.

A Escola, no atendimento à diversidade educacional existente, procura elaborar Planos de Ensino e Projetos Específicos de trabalho com fins de viabilizar o

processo de ensino e de aprendizagem evidenciando provocar, em seus alunos, mudanças de comportamento e atitudes.

Os planos e projetos elaborados propõem envolver educadores e educandos num trabalho mais amplo, dentro das necessidades da realidade escolar, através de pesquisa e estudo, e outras estratégias. Dentre os planos e projetos da Escola, os considerados mais necessários e que já fazem parte do Calendário de Eventos, são:

- Plano de Intervenção Pedagógica – PIP – 2012/2013;
- Projeto Alternativo de Letramento – 2012/2013;
- Projeto de Educação Afetivo Sexual – PEAS;
- Projetos complementares de CH da EJA;
- Projetos Inter e Transdisciplinares: Meio Ambiente; Cidadania; Diversidade; Idoso; Afro; Saúde; outros.

Na elaboração dos Planos de Ensino, devem constar as atividades propostas no Plano de Intervenção Pedagógica – PIP, bem como os conteúdos constantes dos Componentes Básicos Curriculares – CBC e Componentes Básicos Curriculares de Empregabilidade – CBCE. Para melhor ser trabalhado, o plano de ensino deve ser dividido em semestres ou bimestres, cujos conteúdos de estudo podem ser mais detalhados para melhor operacionalização dos mesmos.

Algumas estratégias metodológicas sugeridas:

- Projetos de trabalho – nascem das necessidades surgidas em sala de aula;
- Projetos alternativos – elaborados pelo coletivo escolar, para atender as dificuldades específicas;
- Sequências Didáticas, Unidades de Estudos, Centros de Interesse – elaborados para atender a uma unidade de estudo específica, podendo ser planejados por disciplina, áreas de estudo ou blocos de disciplinas.

A elaboração das estratégias de trabalho é de responsabilidade do professor, caso queira pode solicitar o acompanhamento e orientação do pedagogo da Escola.

5. PROCESSO DE DECISÃO

A gestão da Educação é responsável por garantir a qualidade de uma mediação no seio da prática social global (Saviani, 1980, p.120), que se constitui no único mecanismo de humanização do ser humano, que é a educação, a formação humana de cidadãos.

“A participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania”. (Gadotti, 1995, p. 42). Sendo assim, a Escola só se constituirá como democrática se tiver com frequência, a participação da comunidade escolar por ela atendida.

A professora Amélia Hamze de Castro é responsável pela seção de Pedagogia no Portal Educacional Brasil Escola. Ela relembra que

Os artigos 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e 22 do Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares. Devemos enfatizar então que a democracia na escola por si só não tem significado. Ela só faz sentido se estiver vinculada a uma percepção de democratização da sociedade.

Assim, a gestão participativa oportuniza a comunidade escolar o envolvimento necessário para reconstruir uma educação de qualidade. Uma gestão democrática requer a participação da comunidade escolar nos processos que se evoluem em permanente formulação e em implementação coletiva de metas, objetivos, estratégias e procedimentos da Escola, quer sejam a respeito dos aspectos pedagógicos, quer sejam relativos à gestão administrativa, dos recursos humanos e financeiros.

O processo de indicação de dirigente da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco é realizado de acordo com a legislação vigente e consta o mesmo de espírito ético, democrático e transparente. Participam deste processo, alunos, devidamente matriculados e frequentes e funcionários do quadro da Escola.

Os candidatos interessados ao cargo de diretor – devidamente aprovados no processo Certificação de Diretores de Escolas Estaduais da SEE –, juntamente com

seus vice-diretores apresentam à comunidade escolar, em assembleia geral, seu Plano de Ação, para conhecimento e apreciação do mesmo. O processo de indicação ocorre por meio de voto direto, para a escolha do futuro gestor, que dirigira a escola por um determinado período.

Ao ser indicado, o novo gestor leva ao conhecimento da comunidade escolar o Termo de Compromisso, que é assinado no ato de posse. Este traz as atribuições do cargo assumido, para que a mesma possa acompanhar e cobrar caso necessário.

Realizar uma gestão democrática é acreditar que todos possam encontrar caminhos para atender melhor aos anseios da comunidade escolar, gestão esta que deverá ser mediada pelos princípios fundamentais da descentralização, participação e transparência.

É apresentando planos e partilhando todas as ações que a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, conseguirá atingir as metas pactuadas, indo além destas pois:

O gestor líder volta suas ações para os bons resultados da educação e esse objetivo é buscado pela divisão de tarefas, por assumir aquelas não-delegáveis, por integrar ideias e ações de forma a se solidificar um grande compromisso com as famílias e comunidade envolvidas. (GUIA DO DIRETOR ESCOLAR, SEE-MG)

Em reuniões ordinárias e extraordinárias com o Colegiado Escolar, bimestralmente com os Conselhos de Classe e, semestralmente, com a Comunidade Escolar, que a Escola Virgílio de Melo Franco expõe sobre a importância e valorização e funcionamento de todos os segmentos, para a concretização do seu Plano Educacional. É importante lembrar que nos Conselhos de Classe são priorizadas as discussões sobre:

- disciplinas e comportamentos dos alunos;
- desempenho satisfatório e não satisfatório;
- sugestões para aprimoramento da prática educativa, enfatizando o desempenho do professor e equipe escolar.

A Caixa Escolar “Virgílio de Melo Franco” é regida por estatuto próprio e seu funcionamento procede em conformidade com a legislação vigente. Tem por finalidade, a prestação de serviços de assistência ao aluno e a Instituição Escolar,

pois como afirma Hora (1999, p.53) “a escola como instituição social tem a possibilidade de construir a democracia como forma política de convivência humana”.

Semestralmente, a Escola reúne em assembleia a Comunidade Escolar, para prestar informações a respeito das prestações de contas referentes aquele semestre. Ainda em assembleia a Escola faz conhecer as prioridades da Caixa Escolar e do Colegiado Escolar, como órgãos responsáveis para a aquisição e aprovação das prestações de contas realizadas pela Escola.

A aquisição de material de consumo e permanente é realizada por meio de licitação pública, pela Comissão de Licitação atendendo às exigências do Tribunal de Contas do Estado. Os recursos são adquiridos através das Quotas Estaduais do Salário-Educação (QESE), do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE) para o custeio das necessidades gerais da Escola.

6. RELAÇÃO DE TRABALHO

Para assegurar a harmonia e evitar situações de conflitos, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, utiliza-se do Código de Ética e de Boa Convivência, que prima pelo:

- Diálogo aberto individual ou em grupo – quando é necessário fazer alguma advertência a um profissional, procura ressaltar a importância dos direitos e deveres de cada profissional em seu cargo e função.
- O respeito ao outro – requisito principal para uma boa relação profissional, pois se procura acatar a realidade individual, a diversidade de ideias, natural de cada pessoa promovendo assim, um relacionamento interpessoal harmonioso na Instituição.

Para Lucchesi (1997, p. 233-4), o diretor é um importante profissional nesse contexto. Ele deve ser um articulador. E assim, salienta que:

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição... Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das micro relações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal. Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tomando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão.

Na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco o Diretor é “um ser articulador”, que deixa claro a importância e valorização do respeito, da responsabilidade e da solidariedade entre funcionários, aspirando ao bem estar de todos, lembrando que, como seres que vivem em sociedade temos normas e limites a serem observados, e que os mesmos são de extrema relevância nas relações entre as pessoas, em especial as que lidam com a educação, pois:

Zelar pelo bem-estar de todos os servidores, concedendo-lhes benefícios e vantagens que lhes são de direito, em tempo hábil, proporcionar-lhes ambiente propício para o exercício de suas funções, possibilitar-lhes formação continuada e avaliação de desempenho individual justa, são ações imprescindíveis na gestão de pessoas. (Guia do Diretor Escolar, SEE-MG)

A Escola Virgílio de Melo Franco mantém um relacionamento aberto e transparente com a Família na busca de uma melhor interação com a mesma e, conseqüentemente, a consolidação do seu planejamento de trabalho, que incide sobre o “acesso, permanência e sucesso” do aluno no processo educacional.

Durante todo o ano letivo, a Escola se relaciona com os Pais e a Comunidade por meio de eventos, homenagem, festa junina, folclore, sarau literário, palestras informativas, diálogos, entrega de resultados das avaliações bimestrais e informações sobre os dos resultados das avaliações externas, para análise e discussão dos mesmos.

Além disso, valoriza sempre os pais e alunos respeitando-os, acatando sugestões, atendendo-os com afabilidade. É motivando a presença dos pais e alunos na escola que promoveremos um maior comparecimento destes nos eventos constantes do Calendário Escolar. Dessa forma a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, procura estreitar cada vez mais, os “laços” Escola e Família.

Algumas ações propostas para estreitar os laços “Família e Escola”:

- Motivar os pais a frequentar reuniões promovidas pela escola, principalmente no início do ano letivo – assembleias – para informar sobre a estrutura e funcionamento e do planejamento da Escola para aquele ano/ semestre letivo, e bimestralmente, após o Conselho de Classe, com os resultados do processo de ensino-aprendizagem, propondo à família dar sugestões para a melhoria do desempenho, da turma e/ou do filho;
- Incentivar a comunidade a participar dos eventos promovidos Escola: apresentações artísticas, cívicas, esportivas e outros.
- Promover encontros com os Pais, para discussão de temas como adolescência, autoestima, drogas, disciplina, valores, saúde, aprendizagem, e outros temas pertinentes.

A escola comunica-se constantemente com a família e a comunidade, sobretudo para a divulgação e do seu Plano de Trabalho envolvendo-a como grande parceira no cumprimento de sua função precípua: educar.

Quando solicitada e autorizada pelo Colegiado Escolar, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco oferece seu espaço físico: salas de aula, quadras esportivas, para a comunidade local realizar eventos variados: encontros, reuniões para estudos, cursos, jogos externos na responsabilidade dos interessados de cuidarem e valorizarem o espaço utilizado.

7. AVALIAÇÃO

Luckesi (1998, p. 69), assim define avaliação: “Entendemos avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”.

A Nova LDB, em seu Art. 24, inciso V, diz que “a verificação do rendimento escolar observará (...)” dentre os seguintes critérios a:

Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais [...]

Desse modo, o processo de avaliação deve ser contínuo e paralelo ao ensino. Deve acontecer durante todo o ano letivo, em vários momentos e de diversas formas, de modo que o professor possa detectar se o conteúdo foi ou não apreendido pelo aluno e se as estratégias utilizadas foram adequadas/apropriadas para tornar a aprendizagem significativa para o educando.

Na literatura existem três formas de avaliação. A cada necessidade, o educador poderá se valer de uma das modalidades descritas a seguir:

Avaliação Formativa – é aquela que auxilia o professor no seu fazer pedagógico, fornecendo dados para uma tomada de decisão. Perrenoud (2000, p.103) diz:

É formativa toda avaliação que ajuda o aluno a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo.

Avaliação Somativa - De acordo com Haydt (1997, p. 18), “a Avaliação Somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino [...]”. Como definido, essa modalidade de avaliação classifica os alunos para prosseguir nos estudos.

Avaliação Diagnóstica - Haydt (op. cit. p. 292 -93) diz que:

[...] A avaliação diagnóstica auxilia o professor a determinar quais são os conhecimentos e habilidades que devem ser retomados antes de introduzir os novos conteúdos previstos no planejamento. [...] também permite diagnosticar as dificuldades dos alunos [...].

Dessa forma na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco a prática pedagógica é desenvolvida num processo contínuo e global, que possibilite a ação-reflexão-

diagnóstico-tomada-de-decisão, para chegarmos às novas ações que concretizem a qualidade do ensino.

A avaliação da aprendizagem dos alunos será realizada pelos professores em regime de colaboração com a equipe pedagógica. Nos casos de classificação e/ou reclassificação poderá ocorrer sob a responsabilidade de uma comissão, composta pelo gestor, supervisor e alguns professores.

A avaliação jamais poderá assumir um caráter punitivo. Além disso, deverá prever diferentes estratégias de modo a propiciar aos diferentes tipos de alunos condições de demonstrar suas habilidades e competências. Para tal, o professor deverá utilizar-se de “observação, o registro descritivo e reflexivo; os trabalhos individuais e coletivos; os portfólios, exercícios, entrevistas; as provas, testes, questionários, etc.” conforme previsto no artigo 70 da Resolução SEE 2197.

Cada educador, após identificado as necessidades individuais de cada aluno, deverá desenvolver as atividades de modo a atendê-los integralmente, garantindo que os mesmos tragam significação/ressignificação, consolidando assim as competências e habilidades diagnosticadas.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem, realizada pela Escola Estadual Virgílio de Melo Franco e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE –, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB –, devem ser considerados para elaboração, anualmente, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

A Escola e os professores, com o apoio das famílias e da comunidade, devem envidar esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis, e ainda:

- Criando, ao longo do ano letivo, novas oportunidades de aprendizagem para os alunos que apresentem baixo desempenho escolar;
- Organizando agrupamento temporário para alunos de níveis equivalentes de dificuldades, com a garantia de aprendizagem e de sua integração nas atividades cotidianas de sua turma.

A escola deve prever, conforme Resolução em vigor, diferentes oportunidades de recuperação aos alunos que não obtiveram resultados satisfatórios. Sendo assim, a Resolução 2197, em seu artigo 78 estabelece:

Estudos Contínuos de recuperação – ao longo do processo ensino-aprendizagem;
Estudos periódicos de Recuperação – aplicados após o encerramento de cada bimestre; - Estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente. Última estratégia, utilizada caso as medidas tomadas no decorrer do ano letivo, não surta os resultados esperados.

A progressão parcial permite ao aluno avançar para a série seguinte, sendo possíveis assim, novas oportunidades para no ano seguinte, consolidar os conhecimentos, competências e habilidades básicas. Conforme descrito no artigo 74 da resolução 2197

A partir de 2014, os alunos poderão se beneficiar da progressão parcial em até três componentes curriculares. Valendo também para os alunos do nono ano, que até então eram considerados reprovados, caso não conseguissem consolidar a aprendizagem no ano em curso. A Resolução 2197 da SEE/MG em art. 75 diz:

§ 1º O aluno em progressão parcial no 9º ano do Ensino Fundamental tem sua matrícula garantida no 1º ano do Ensino Médio nas Escolas da Rede Estadual, onde deve realizar os estudos necessários à superação das deficiências de aprendizagens evidenciadas nos tema(s) ou tópico(s) no(s) respectivo(s) componente(s) curricular(es).

§ 2º Ao aluno em progressão parcial devem ser assegurados estudos orientados, conforme Plano de Intervenção Pedagógica elaborado,

Conjuntamente pelos professores do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior e do ano em curso, com a finalidade de proporcionar a superação das defasagens e dificuldades em temas e tópicos, identificadas pelo professor e discutidas no Conselho de Classe.

§ 3º Os estudos previstos no Plano de Intervenção Pedagógica devem ser desenvolvidos, obrigatoriamente, pelo(s) professor(es) do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano letivo imediato ao da ocorrência da progressão parcial.

§ 4º O cumprimento do processo de progressão parcial pelo aluno poderá ocorrer em qualquer época do ano letivo seguinte, uma vez resolvida a dificuldade evidenciada no(s) tema(s) ou tópico(s) do(s) Componentes Curricular(es).

Para os alunos do terceiro ano do Ensino Médio, só concluirão a Educação básica, quando apresentarem domínio das habilidades exigidas em cada componente curricular. Sendo assim, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco deve garantir atenção especial a esses educandos de modo a encerrar o ano com as competências consolidadas, garantindo a aprovação dos alunos.

A classificação e a reclassificação são recursos pedagógicos utilizados para ajustar o aluno ao processo educacional.

Quanto à classificação a Resolução 2197 em seu Art. 17 diz:

O recurso da classificação tem por objetivo posicionar o aluno em qualquer ano da Educação Básica, compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento.

A Classificação ocorre ao final do ano letivo por promoção para os alunos que concluíram o ano letivo na escola, por transferência para os alunos oriundos de outras escolas dentro ou fora do país.

Além disso, os alunos podem passar por avaliação – independentemente de escolarização anterior -, ai será alocado na série compatível com suas habilidades e competências.

No tocante à reclassificação a Resolução 2197 em seu Art. 18 diz que: “A reclassificação é o reposicionamento do aluno no ano diferente de sua situação atual, a partir de uma avaliação de seu desempenho.”

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco, sempre que necessário convoca uma comissão de reclassificação para dar início aos procedimentos, conforme determina as orientações legais. Pode ocorrer nas modalidades: avanço, aceleração e transferência.

Um cuidado deverá ser tomado com os documentos que fundamentam a reclassificação (atas, provas e outros trabalhos que venham a ser exigidos dos alunos), os quais deverão ficar arquivados na pasta de cada aluno. Também deverá constar do histórico escolar do aluno, por ocasião de sua transferência ou conclusão de curso, informação sobre processo de classificação ou reclassificação a que ele tenha se submetido. (Parecer 1.132/97, p. 5).

Após essa etapa, os alunos serão acompanhados de modo que a equipe pedagógica possa realizar intervenção pedagógica se necessário e, sempre que necessário.

Na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco o conselho de professores se reúne bimestralmente para discutir e analisar a situação dos alunos que ainda não consolidaram as habilidades necessárias para serem classificados para a etapa seguinte. Leva em conta o desempenho global do aluno, seu envolvimento no processo de aprender e não apenas a avaliação de cada professor em sua disciplina isoladamente.

Após o Conselho, os resultados são informados aos pais e/ou responsáveis imediatamente. Pois há casos que a intervenção dos familiares é de suma importância para a retomada dos resultados esperados por parte dos educandos.

Em relação às Técnicas e Instrumentos Avaliativos no processo ensino-aprendizagem, a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco orienta que o professor deverá utilizar de diversas estratégias para obter mais fidedignamente os resultados dos alunos. Inicialmente precisará estabelecer o ponto de partida, através da chamada Avaliação Diagnóstica.

Definido o nível dos alunos, o educador poderá utilizar-se de diversos métodos para verificar a apreensão ou a partir dos objetivos propostos tais como: observação das habilidades apresentadas nas resoluções das questões, atividades individuais escritas e orais, atividades em grupo, questionários, relatórios, auto avaliação.

Assim, “a avaliação assume dimensão orientadora, permitindo que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para progredir na construção do conhecimento”, afirma a professora Rozimar Gomes da Silva Ferreira, do curso Avaliação do Aluno no Processo Educacional – Fundamental e Médio, elaborado pelo CPT – Centro de Produções Técnicas.

A valorização das atividades e do conhecimento próprio da cultura do aluno é um dos aspectos a ser incluído no acompanhamento da recuperação contínua e paralela completando com os conteúdos curriculares em deficiência de apreensão.

Para a verificação do rendimento nas avaliações será atribuída uma valoração das atividades que, cuidadosamente, será observada a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Na Escola Estadual Virgílio de Melo Franco para todos os conteúdos que compõem a Base Comum e a Parte Diversificada, para a avaliação do aproveitamento, será adotado o sistema de pontos (que vão se acumulando durante o ano letivo): de 0 (zero) a 100 (cem), permitindo o mínimo de 50% (cinquenta por cento), como critério de aprovação.

Os pontos cumulativos de 0 (zero) a 100 (cem) serão distribuídos bimestralmente:

- 1º Bimestre – 20 (vinte) pontos;
- 2º Bimestre – 25 (vinte e cinco) pontos;
- 3º Bimestre – 25 (vinte e cinco) pontos;
- 4º Bimestre – 30 (trinta) pontos;

Aos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, do 1º, 2º e 3º períodos, a distribuição dos 100 pontos cumulativos se dará em 02 (duas) etapas que correspondem a um trimestre letivo cada, sendo a pontuação por etapa:

- 1ª etapa: 40 pontos,
- 2ª etapa: 60 pontos.

No curso do PRONATEC são distribuídos 100 pontos cumulativos, dos quais o aluno deverá atingir 60% para aprovação, a distribuição será da mesma forma que na EJA.

A Escola Virgílio de Melo Franco, juntamente com as demais escolas do Estado, participa das avaliações do Sistema Mineiro de Avaliação da Rede Pública/ Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – SIMAVE/ PROEB.

Com a Resolução de criação do SIMAVE, nº 104, de 14 de julho de 2000. Todas as escolas da rede pública passaram a participar das avaliações de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, que objetiva identificar, de forma criteriosa e democrática, as desigualdades de oportunidades educacionais de cada escola em relação ao município e Estado, na busca conjunta de metas para “formar

consciências e mobilizar educadores e sociedade na luta pela equidade” (FÉRES, 2001).

Os resultados das avaliações SIMAVE/ PROEB nos três últimos anos demonstraram que a Escola Estadual Virgílio de Melo Franco está no caminho certo. Os níveis de Proficiência apresentaram uma pequena elevação em especial em relação aos resultados de Língua Portuguesa.

Na concepção da Escola Virgílio de Melo Franco, a Avaliação de Desempenho é um instrumento de trabalho que proporciona ao servidor avaliar o seu desempenho, tendo como suporte a análise das suas eventuais dificuldades – pontos fracos/ debilidades – do seu desempenho, assim com a apreciação de suas facilidades – pontos fortes.

A avaliação de desempenho ocorre em duas etapas e deve seguir os critérios previstos no Art. 11 do Decreto 45851 de 28 de novembro de 2011, a saber:

Art. 11. A AED obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, contraditória e ampla defesa.

A Escola Estadual Virgílio de Melo Franco tem buscado através, do Plano de Gestão de Desempenho Individual (PGDI) avaliar o desempenho das ações que contribuem para o aprimoramento da competência do profissional. O PGDI é um plano de trabalho elaborado pelo próprio profissional, para a execução do mesmo dentro de um determinado período, conforme a legislação vigente. Nesse plano o profissional apresenta as atividades a serem desenvolvidas – ações e metas –, com análise semestral, visando detectar das dificuldades para replanejamento de novas ações e metas.

O preenchimento do PGDI é o momento de planejar, negociar e acordar as principais ações que o servidor precisará desenvolver durante o ciclo de avaliação. Esta ferramenta, quando bem utilizada, auxiliará na melhoria do trabalho e no desenvolvimento das competências do servidor, facilitará o alcance de metas da equipe e organizacionais, e definirá com clareza as responsabilidades de cada servidor promovendo uma gestão de pessoas mais ativa e eficiente. (www.planejamento.mg.gov.br/)

A comissão de avaliação formada por servidores efetivos e presidida pelo Diretor da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco utiliza dos instrumentos de avaliação para registrar os itens avaliados. A comissão poderá optar por realizar entrevistas com o

servidor a ser avaliado ou com outros profissionais da escola, a fim de obter subsídios para realização da avaliação de desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Projeto Político-Pedagógico foi elaborado para ser revisto e reelaborado em sua organização, propondo novos objetivos e elaborando novas estratégias, com vistas a substituir as que não estiverem atendendo às necessidades do processo de ensino e de aprendizagem escolar.

Segundo Gadotti (1994 *apud* VEIGA, 2000, p 12),

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas com o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Assim o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco almeja estabelecer um direcionamento didático-pedagógico para processo de aprendizagem que propõe desenvolver no período 2013-2015. É importante ressaltar que o mesmo não está “pronto e acabado”, porque a “educação é um processo inacabável” (Paulo Freire, 1996). Desse modo – o Projeto – é um instrumento flexível, passivo de mudanças que possibilitem o cumprimento das promessas, sendo isso somente possível, com a participação de todos os atores e autores envolvidos na sua elaboração e execução do referido documento.

Entende-se que não será fácil cumprir as promessas – objetivos e metas – indicadas neste Projeto, porque os obstáculos e desafios serão constantes. Isto significa que este trabalho implica em “quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém, de estado melhor do que o presente” (GADOTTI, 2001).

Dessa forma espera-se que, ao final do período 2013-2015, com total envolvimento da equipe docente e pedagógica e com a participação de toda a comunidade escolar avaliando e sugerindo mudanças, a escola possa alcançar a maioria dos objetivos propostos.

Com a concretização das metas, em conformidade com as possibilidades e necessidades da prática de ações, inovadoras e criativas, permitiremos aos alunos “uma educação reflexiva, ética e transformadora”. Este é o propósito, a promessa, o desafio da Escola Estadual Virgílio de Melo Franco!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cadernos de Orientações PDPI/ Plano de Desenvolvimento Pedagógico e Institucional** – Belo Horizonte: SEE/MG, 2007.

_____. **Caderno de Orientações Reinventando o Ensino Médio**. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Superintendência da Educação Básica. Superintendência de Desenvolvimento de Ensino Médio. Belo Horizonte:SEE/MG, 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. **Resolução CNE/CEBnº 2/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

FREITAS, L. C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papirus, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Dimensão política do projeto pedagógico da escola**. PROCAD/SEE/MG, 2001.

_____. **Pensamento pedagógico brasileiro**: São Paulo: Ática, 1995.

Guia de Estudos para a Certificação Ocupacional do Dirigente Escolar. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Humanos para Educação. SEE/MG, 2007.

Guia do Diretor de Escola. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. Superintendência da Educação Infantil e Fundamental. Diretoria de Ensino Fundamental. SEE/MG.

HAYDT, R. C. C. Técnicas e instrumentos de avaliação. In: **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1997.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva.** (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico). Campinas, SP: Ed. Papirus, 1999.

LUCCHESI, Dante & MACEDO, Alzira (1997) “A variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu”, em: Papiá - Revista de Crioulos de Base Ibérica, 9, p. 20-36.

LUCKESI, Cipriano. **A avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1998.

MELLO, Maria Aparecida. **Psicologado.** Disponível em: <http://psicologado.com/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/introducao-aos-estagios-de-desenvolvimento-de-jeanpiaget>. Acesso em 23 ago 2014

MINAS GERAIS. **Decreto 45851 de 28 de novembro de 2011.** Regulamenta o estágio probatório e a avaliação especial de desempenho do servidor público civil ocupante de cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual. Diário Oficial de Minas Gerais Belo Horizonte, 28 de Nov. de 2011.

MIZUKAMI, Maria da G. N., **trajetórias pessoais e desenvolvimento profissional.** In: REALI, Aline M. de M. R.; MIZUKAMI, Maria da Graça N. (Orgs.). Formação de professores: tendências atuais. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação - da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO DE MINAS GERAIS. **Resolução SEE Nº 2442/2013**. Estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica. Disponível em: www.educacao.mg.gov.br. Acesso em: 09 de agosto de 2014.

_____. **Resolução SEE Nº 2.197/2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em www.educacao.mg.gov.br. Acesso em 10 de junho de 2014

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

VASCONCELLOS, Celso S. Currículo: **A atividade humana como principio educativo**. 3. Ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **O projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. IN: Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.